

# O Sujeito (In)completo e o Tempo (En)capsulado: a Falha como Constitutiva do Sujeito e da Sociedade

## The (In)complete Subject and the Time (In)capsule: Failure as Constitutive of The Subject and Society

Silvane Aparecida de Freitas\*  
Celso Ricardo Ribeiro de Aguiar\*\*

### RESUMO

Partimos do pressuposto teórico de que o ato de significar depende das posições dos sujeitos no discurso, junto ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). Neste artigo objetivou-se problematizar as noções de incompletude da linguagem como constitutiva do sujeito e da sociedade. Para isso, utilizou-se dos pressupostos da Análise de Discurso de orientação francesa, visando a analisar a materialidade discursiva de um enunciado inscrito em uma placa de bronze fixada numa laje de concreto, no chão da entrada do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, cidade do Rio de Janeiro. Após análise do excerto selecionado, concluiu-se que como o sujeito se constitui na e pela linguagem, a incompletude, a falha, vem à tona.

**Palavras-Chave:** Sujeito; saber discursivo; incompletude; enunciado.

### ABSTRACT

By starting from the theoretical assumption that the meaning is determined by the positions occupied by the subjects within the discourse, besides regarding the sociohistorical context and the memory (the discursive knowledge, the already-said). This paper aims to bring to analyse the notions of incompleteness of the language as constitutive of the subject and the society. In order to do it, the assumptions from the French Discourse Analysis were taken into consideration. The analysis focused on the materiality of discourse of a statement inscribed on a silver plate in a concrete flagstone, on the floor at the entrance of the National Museum, located in Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro city. After the analysis of the selected excerpt, the conclusion disclosed that, based on the constitution of the subject within the language and by the language, the incompleteness, the failure, comes out.

**Keywords:** Subject; discursive knowledge; incompleteness, statement.

Recebido em 30 de setembro de 2019.

Aceito em 23 de janeiro de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.332

\*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, silvaneafreitas@hotmail.com, orcid.org/0000-0002-0619-1499

\*\*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, celso2raguiar@gmail.com, orcid.org/0000-0002-1254-684X

[...] *A mãe reparou que o menino falava mais do vazio do que do cheio. Falava que os vazios são maiores e até infinitos.*  
Manoel de Barros (2011)

## Introdução

A epígrafe acima nos provoca alguns questionamentos norteadores de nosso artigo: O falante de uma língua pré-determina os sentidos do que seja *vazio/cheio*? Os sentidos de *vazio/cheio* são (ou estão?) construídos para todos os falantes de uma língua?

A área de conhecimento da Análise de Discurso de orientação francesa surge para problematizar estas questões com a proposta de analisar os sentidos produzidos pela linguagem, em suas variadas expressões linguísticas. Portanto, nosso objetivo, neste artigo, será o de problematizar as noções de incompletude da linguagem como constitutiva do sujeito e da sociedade. Para tanto, analisaremos como materialidade discursiva um enunciado inscrito em uma placa de bronze fixada numa laje de concreto, no chão da entrada do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, cidade do Rio de Janeiro. O monumento, intitulado “Cápsula do Tempo na Quinta da Boa Vista”, autor desconhecido e de propriedade pública, apresenta os dizeres: “1972. Todos que por aqui passem, protejam esta laje, pois ela guarda um documento que revela a cultura de uma geração e um marco na história de um povo que soube construir seu próprio futuro. 2022.”

## 1. Constituição da linguagem: fios teóricos

Orlandi (2015a) resume o quadro epistemológico da Análise de Discurso de orientação francesa na articulação de três regiões do conhecimento científico: 1. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; 2. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações e 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. A Linguística, ciência proeminente, face às ciências humanas e, assim, nomeada ciência piloto, apresentou-se pertinente para a gênese de um projeto intitulado Análise de Discurso (AD), que, concebida como instrumento político na década de 60, ambicionava estar no entremeio das disciplinas: linguística, marxismo e psicanálise e, para tal intento, a Linguística foi uma das bases para operacionalizar seus pressupostos.

Na sua construção epistemológica, a AD se depara com uma concepção de língua, segundo a teoria estruturalista, centrada na ideia de língua como um intermediário entre o sujeito e o mundo; a língua daria acesso ao mundo, permitiria que nele agíssemos. Conseqüentemente, a realidade é concebida como algo externo ao sujeito, independente dele. A língua representaria esse mundo para nós, ao mesmo tempo em que nos permitiria acesso a ele.

Desde os primórdios de sua concepção, a AD sinaliza a desconstrução dessa noção de linguagem ao defender que as contradições, as irregularidades, as falhas, os equívocos não são considerados desvios da língua, mas constitutivos de seu processo analítico, noções de incompletude que compartilha com a própria linguagem e que se materializa nos sentidos, ponto de interesse fulcral no (des)envolver da análise de discurso.

Orlandi (1996) nos esclarece que para a AD não serve a concepção de linguagem como comunicação, nem como mediação no processo de interação entre interlocutores, rotulando-a como instrumento. Para a pesquisadora, o campo de trabalho da AD prioriza a linguagem em sua função transformadora em conjunto com o conceito de social e histórico em que a linguagem e a sociedade não estão apartadas, mas em um processo de constituição mútua em que “[...] no discurso constatamos o modo social de produção de linguagem. Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social, cuja especialidade está sem sua materialidade, que é linguística”. (ORLANDI, 1996, p.17).

### **1.1 Concepção de sujeito para a AD**

Antes de situar a noção de sujeito para a AD de orientação francesa, trazemos, a priori, a conceituação de sujeito de Hall (1997, p.11) em três eixos: iluminista, sociológico e pós-moderno. O sujeito iluminista se caracteriza por ser individualista e com sua identidade formada desde o nascimento. Segundo o autor, enquanto esse sujeito é “um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consiste num núcleo interior” (HALL, 1997, p.11), o sujeito sociológico se caracteriza pela identificação formada pela interação entre o “eu” e a sociedade.

Já o sujeito pós-moderno, diferentemente das representações anteriores, é construído historicamente, a identidade é fragmentada, multifacetada, “uma identidade formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1997, p. 13). O sujeito pós-moderno é descentrado bem como as culturas nacionais não são unificadas, portanto, tanto o sujeito como as culturas são híbridas em sua constituição. Assim, as identidades assumidas pelo sujeito não são unificadas ao redor de um “eu” coerente, cartesiano, mas cindido, clivado, interpelado na e pela linguagem, surgindo imbricadas à representação de língua defendida na contemporaneidade.

Essa noção de sujeito pós-moderno vai ao encontro da noção de sujeito que a AD propõe em suas análises. O sujeito da AD é um sujeito do inconsciente, ou seja, interpelado segundo uma ideologia concebida como um processo, cujo propósito não pode naturalizar os sentidos como evidentes, transparentes, cristalizados. Na concepção ilusória de naturalização de sentidos, o sujeito ignora a ideologia que o perpassa, crendo-se a única fonte de seu dizer.

Pêcheux (1975) postula o sujeito descentrado, cindido “torna-se uma posição-sujeito entre outras que decompõem a forma-sujeito, o sujeito histórico que organiza o saber de uma Formação Discursiva, fazendo soar em seu discurso o já-dito em outro lugar”. (PÊCHEUX, 1975, p.99).

Reforçando o papel transformador que a linguagem exerce, Orlandi (1996) propõe que o sujeito se aproprie da linguagem de uma forma social e, por conseguinte, descentraliza a função referencial, a qual prioriza a comunicação e, ao deslocar esta função, dá margem para aceitar a linguagem como trabalho. Na perspectiva da análise do discurso, admite-se que “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de *identidades*, etc.” (ORLANDI, 1996, p.17) (grifo nosso). O apropriar-se da palavra reflete sua interpelação pela ideologia, sem se esquecer de conceber o sujeito como cindido e clivado em sua subjetividade, e, assim, não senhor do *dizer* que pensa que é fonte, bem como incapaz de (con)ter os efeitos deste dizer sempre incompletos, não-mensuráveis, materializados na língua, construídos e reconstruídos no universo do social-histórico.

## **1.2 Enunciados em movimento: as relações de sentidos**

Pêcheux (1975) e Foucault (2012), de acordo com um posicionamento teórico próprio, trazem suas contribuições ao campo da AD acerca da noção de formação discursiva.

Foucault (2012), em sua fase arqueológica, busca descrever as condições de possibilidades de enunciados na formação das ciências empíricas bem como as condições de existência desses enunciados. Ao renunciar à origem e tratar o discurso no momento de sua instância, Foucault (2012) defende que é possível descrever os enunciados de “atos discursivos sérios, opostos aos enunciados do cotidiano”, que manifestam incessante vontade da verdade.

De acordo com o autor, esses enunciados “sérios” se relacionam entre si, sejam os mesmos ou de outros tipos, e são condicionados em um conjunto de regulações internas que constituem um sistema relativamente autônomo nomeado como “formação discursiva”. Esse sistema define regularidades que validam os seus enunciados constituídos, sendo que essas regularidades instauram objetos sobre o que eles falam; legitimam os sujeitos para falarem sobre esses objetos; definem os conceitos com os quais operarão as diferentes estratégias.

Ao trazer para a AD o conceito de formação discursiva, Pêcheux (1975) busca no paradigma marxista os conceitos de “formação social” e “formação ideológica” cuja base conceitual advém do materialismo histórico e, conseqüentemente, a noção de ideologia. Para Pêcheux (1975), sustentado pelo marxismo e por Althusser, formação discursiva é aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada na conjuntura social e não há sentido imóvel e estável de palavras, expressões e preposições que se significam no interior de determinadas formações discursivas.

No processo de significação de sujeitos e sentidos, as formações discursivas são atravessadas pela memória discursiva, que, diferentemente da noção de memória como lembrança ou recordação de algo, desloca-se para a ideia de “constituição dos sujeitos e dos discursos: uma forma de o sujeito se dizer e dizer o mundo”. (CORACINI & GUIRALDELO, 2011). Essas pesquisadoras fazem questão de diferenciar a concepção de memória institucional (instituição religiosa, jurídica, escolar etc.), voltada a resgatar valores, eventos dos escaninhos da lembrança, primordial nessa abordagem, como diferente da memória discursiva, que é constituída de esquecimentos.

Embora a memória institucional clame pela manutenção de estabilidade, em reter o mesmo, o inalterável, por meio da ênfase na lembrança, essa ilusão não faz parte da memória discursiva que prefere assumir uma postura de aceitar ser atravessada por gestos de interpretação e, para tanto, aceita o esquecimento como constitutivo dos dizeres do sujeito. Como síntese, podemos afirmar que “a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade, que marca a relação do homem com a linguagem”. (CORACINI & GUIRALDELO, 2011, p.33).

Quando enuncia, o sujeito reatualiza inconscientemente uma herança de experiências vivenciadas que não está no nível individual de experiência de vida, mas no nível do interdiscurso. A noção de interdiscurso remete à noção de intradiscurso, o fio do dizer, sendo que o interdiscurso se manifesta na superfície linguística, deixando marcas desta memória discursiva, sob a forma de heterogeneidade, noção que Authier-Revuz (1982 e 1990) postula com o intuito de abordar a presença do outro no discurso, e a classifica entre a heterogeneidade constitutiva (que não aparece marcada linguisticamente no fio do discurso) e a heterogeneidade aparente ou mostrada (a presença de outros discursos indicados na superfície do texto), a qual se subdivide em formas marcadas (discurso direto, citação, aspas, uso de itálicos) das formas não marcadas (ironia, pastiche, discurso indireto livre, metáforas).

Sobre as condições de produção do discurso, segundo Orlandi (2015a), parte-se da noção de dois sentidos: o sentido estrito, as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato, e o sentido amplo, o contexto sócio-histórico-ideológico. O que o *corpus* de análise pode revelar no momento atual para o analista é como o social, o histórico e o ideológico são constitutivos desse discurso. Para explicitar esta noção, atrela-se a outra, que detalha a relação do discurso entre o já-dito e o que se está dizendo. Nesse sentido,

Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – que estamos chamando de interdiscurso, representada como um eixo vertical onde teríamos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal, o intradiscurso, que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. (ORLANDI, 2015a, p.30-31).

Assim, a pesquisadora frisa que todo dizer advém da convergência de dois eixos: o da memória discursiva/interdiscurso (constituição) e o da atualidade/intradiscurso (formulação) e os sentidos são provenientes desse jogo.

Orlandi (2015a) versa sobre os mecanismos que colocam em marcha o funcionamento das condições de produção. Em primeiro lugar, define-se por relações de sentido, quando se postula a não existência do discurso que não se relacione com outros, e, portanto, não há começo absoluto, nem ponto final para o discurso. De fato, quando dizemos algo, nos filiamos a uma rede de sentidos e os discursos não são fechados em si mesmos, já que o sujeito acredita que detém o seu dizer e os sentidos advindos desse dizer, sem, no entanto, ter realmente esse controle.

Verificamos que a formação discursiva (FD) é o lugar onde se articulam discurso e ideologia e, nesse sentido, a FD é governada por uma formação ideológica (FI). Como uma FI coloca em relação, necessariamente, mais de uma força ideológica, uma FD colocará em jogo mais de um discurso. Conforme Mussalim (2011), o interdiscurso é mais valorizado que o discurso, pois é o espaço de trocas de vários discursos, considerando que uma FD não é fechada, mas heterogênea, permeada pela presença do Outro na sua constituição.

Em segundo lugar, o sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar do interlocutor como uma “antecipação” do seu dizer. Por fim, a relação de forças é a noção de que o lugar (não a situação empírica, mas sim a posição do sujeito no discurso) é constitutivo do que ele diz. Estes mecanismos (relações de sentido, antecipação e relações de força) são denominados formações imaginárias. Lembrando que Pêcheux (2014) postula que os processos discursivos “não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo eles se realizam necessariamente neste mesmo sujeito. Essa aparente contradição remete na realidade à própria questão da constituição do sujeito que chamamos de assujeitamento”. (PÊCHEUX, 2014, p. 169).

O autor frisa que o sujeito acredita ser a origem do seu discurso em seu processo de enunciação, e, ainda que seja ilusório, não deixa de ser uma necessidade a descrição e articulação dessa estrutura que o autor denomina de “esquecimento nº1”. Quanto à ilusão do sujeito de que o que diz tem uma univocidade de sentidos ao selecionar o “dito” e descartar o “não dito”, Pêcheux (2014) denomina de “esquecimento nº2”, que para o autor “é um efeito de ocultação parcial e se identifica à fonte de impressão de realidade do pensamento para o sujeito (“eu sei o que eu digo”, “eu sei o que eu falo”) (PÊCHEUX, 2014, p. 175).

Reforçando sobre a importância das imagens na determinação das condições de produção de um discurso, Orlandi (2015a) afirma que “são as projeções que permitem passar das situações empíricas (lugares dos sujeitos) para as *posições* dos sujeitos no discurso. O que *significa* no discurso são as *posições*” (grifos nossos). Para a pesquisadora, sabendo que o imaginário faz necessariamente parte da linguagem, ele não “brota do nada”: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como

a nossa, por relações de poder (ORLANDI, 2015a). Daí a importância de significar as posições dos sujeitos no discurso junto ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). Em suma, para a pesquisadora, as condições de produção implicam o que é material (língua sujeita ao equívoco, à historicidade); o institucional (a formação social) e o mecanismo do imaginário (o jogo de imagens).

## 2. Pinçando fios discursivos

### 2.1 Arquivo: Documento e Monumento

O pesquisador Giovani Forgiarini Aiub nos traz uma discussão sobre a noção de arquivo na AD em Pêcheux (2010) e em Foucault (2012):

Pêcheux fala em arquivo como um grupo de documentos sobre dada questão, ou seja, o arquivo tem, nesta perspectiva, uma certa organização, pois já precede de uma primeira leitura que aloca o que faz parte de seu interior, como também (in)define o seu exterior, o que não lhe cabe. Já Foucault diz que o arquivo é o sistema capaz de reger o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares. (AIUB, 2012, p.71).

Em qualquer uma das definições Aiub (2012) faz questão de frisar que o arquivo não é nunca plenamente acessível, ou seja, não se consegue interpretá-lo na sua totalidade. Isso condiz com o caráter não totalizante da análise discursiva, pois “[...] a AD se propõe a trabalhar para verificar os processos de construção dos possíveis sentidos, aqueles que o analista, em conjunto com o dispositivo teórico-metodológico, é capaz de identificar”. (AIUB, 2012, p.72). Quando se afirma que a AD identifica sentidos possíveis, não se está afirmando que se propõe a “desvendar sentidos verdadeiros”, mas sentidos possíveis.

As pesquisadoras Andrade e Almozara (2016) no artigo “A construção da memória do sujeito contemporâneo a partir de arquivos monumentos” trazem a conceituação de arquivo de Foucault (2012) sob uma perspectiva arqueológica: o arquivo-documento e o arquivo-monumento. Enquanto o arquivo-documento constitui como imutável, seguidor de uma instituição, ou seja, “morto”, o arquivo-monumento estaria ligado a uma concepção de arquivo sempre em construção, em que podemos fazer entradas diferentes, e, portanto, realizar incursões e interpretações sob pontos de vista também diversos, marcados pela historicidade. (ANDRADE & ALMOZARA, 2016), o que é fundamental para a análise dos fios discursivos deste artigo.

Para problematizar esse conceito, as pesquisadoras trazem para reflexão o seguinte fato: descrevem a fala de Vint Cerf, vice-presidente do Google, em entrevista feita por um correspondente de Ciências da BBC, publicada no site da BBC, em 03 de fevereiro de 2015. Vint Cerf declara que as informações (imagens, dados, palavras) armazenadas nos arquivos digitais podem se perder na

medida em que hardware e software se tornem obsoletos para “ler” informações contidas naqueles documentos. As pesquisadoras pontuam que a “memória” arquivada em computadores e redes, em uma quantidade infinita e sem um sistema de organização que marque sua historicidade, caracteriza o que Orlandi (2010, p.9) denomina de “memória metálica”. Essa memória é marcada pela repetição, pelo acúmulo de informações que, segundo Orlandi (2010), gera um efeito de simulacro de memória, já que parece constituir uma “rede de filiação”, mas, na verdade, é uma justaposição de fragmentos que se juntam “aqui e ali”. (ANDRADE & ALMOZARA, p.46). Segundo as autoras, Cerf recomenda que as pessoas passem a imprimir suas fotos e informações mais importantes, até que se desenvolva uma tecnologia capaz de preservar cada fragmento de software ou de hardware existente, nos moldes do que ocorre num museu, mas digitalmente. As autoras discorrem sobre a correlação entre memória metálica, interdiscurso e intradiscurso:

Assim, sem o saber, o empresário da web parece entender a inutilidade da memória metálica, o que carece do princípio organizador da memória discursiva, em que se produz um “efeito de memória” na relação entre interdiscurso (a memória que se “esquece”) e o intradiscurso (a forma que o interdiscurso se concretiza na instância da formulação). (ANDRADE & ALMOZARA, 2016, p.47).

Com base na análise discursiva arqueológica foucaultiana, ponderamos sobre um alinhavo da conceituação de arquivo em Pêcheux (2015) e Foucault (2012) junto à declaração do empresário da internet. Na era da tecnologia digital amontoar papeis, documentos importantes e sigilosos em um cofre, é aproximar-se da definição de arquivo de Pêcheux (2015) sob a organização e de Foucault (2012) do arquivo-documento, sob o ponto de vista de ser “imutável” para o sujeito, pois teoricamente esse arquivo deve ser mantido intacto, protegido da ação destruidora do tempo, como se esta memória não fosse visitada pelo esquecimento para ser resgatada. O sujeito enunciativo, ainda que seja um profissional da área de tecnologia, emite um discurso próprio de uma formação discursiva do sujeito do século XX, para quem o “que importa mesmo é a assinatura no papel”, ou seja, a materialidade impressa ainda se sobrepõe à materialidade virtual. Como alguém que prefere pagar suas contas com boleto e não pelo aplicativo do celular. Esses dizeres são contraditórios, contudo, próprios do sujeito cindido em sua subjetividade.

## 2.2 Arquivo: o tempo cativado

No intuito de propor outra análise e refletirmos um pouco mais sobre a produção de sentidos e a incompletude da linguagem, trazemos à baila o seguinte enunciado:

“1972. Todos que por aqui passem, protejam esta laje, pois ela guarda um documento que revela a cultura de uma geração e um marco na história de um povo que soube construir seu próprio futuro. 2022.”



Sobre o enunciado em questão, consideramos importante fornecer alguns dados a respeito, importantes para situarmos as condições de produção do referido excerto: está inscrito em uma placa em bronze fixada numa laje de concreto, no chão, diante da entrada do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, cidade do Rio de Janeiro. Foi instalada durante as festividades do sesquicentenário da Independência no ano de 1972. O monumento foi intitulado “Cápsula do Tempo na Quinta da Boa Vista”, autor desconhecido e de propriedade pública. Segue abaixo uma foto do monumento e junto a historiadora Regina Dantas, do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. A foto foi retirada de uma reportagem intitulada: “Rio tem centenas de cápsulas do tempo enterradas” no site <https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tem-centenas-de-capsulas-do-tempo-enterradas-22887060.html>. A data da publicação é 15 de julho de 2018, ou seja, antes do incêndio do Museu Nacional que ocorreu no dia 02 de setembro de 2018.



Foto: Geraldo Ribeiro. Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tem-centenas-de-capsulas-do-tempo-enterradas-22887060.html>.

A reportagem relata que, ainda hoje, mesmo quando a tecnologia pode revelar tudo numa tela, o fato de esconder parte do presente para mostrar às futuras gerações, ainda desperta fascínio. Esse fascínio é ilustrado pela fala da historiadora: “As cápsulas do tempo ainda fazem sentido por serem o registro de uma geração que a gente pode ter nas mãos.” O texto frisa que a historiadora não esconde a curiosidade sobre o que guarda a cápsula do tempo enterrada no jardim em frente ao museu, em 1972, quando ela tinha apenas 10 anos de idade.

Sob uma análise discursiva dos dizeres do sujeito historiador, interpretamos que, para esse sujeito, a cápsula remete a um resgate nostálgico do passado, uma passagem, um acesso ao já vivido pelo sujeito. Esse sentido emerge quando o sujeito menciona a data de inauguração do monumento e a data de sua idade na época, bem como a sua curiosidade demonstrada abertamente.

Andrade & Almozara (2016), baseando-se em Derrida (2011), discorrem que os primeiros guardiões dos documentos oficiais eram chamados *arcontes*, nome este que vem de origem grega *arkheion*, que, posteriormente, tornou-se “arquivo”. As pesquisadoras complementam que “[...] a ideia de arquivo como um sistema de organização dos documentos,[...] implica também um grupo de indivíduos responsável por guardar, permitir (ou não) o acesso a documentos e, mais ainda, ‘interpretá-los’” (ANDRADE & ALMOZARA, p.48-49). O discurso do sujeito historiador, no caso, legitima-se no contexto sócio-histórico por ser o guardião e deter o poder de interpretar os documentos históricos.

O sujeito historiador em questão, perpassado ideologicamente, defende a supremacia da materialidade escrita, segundo suas palavras, é o “[...] registro de uma geração que a gente pode ter nas mãos.” em detrimento da materialidade virtual. Segundo a historiadora, esse interesse se justifica pelo fascínio, pela sedução por descobrir o mistério, como se a cápsula fosse um diário proibido a ser violado. Nos dias atuais o acesso livre à tecnologia promete tudo a todos para um sujeito pós-moderno sempre insaciável na sua busca quimérica pela completude. A imprevisibilidade do conteúdo da cápsula e a obrigação por esperar que esta seja revelada fomentam um gozo ilusório, sempre adiado, para o sujeito cindido em sua subjetividade.

A seguir, consideremos para análise, a frase inscrita na cápsula do tempo. O uso do imperativo (protejam) dá margem para o sentido de “dever”, não apenas de alguns (os arcontes, hoje em dia, as “autoridades responsáveis”, no caso da reportagem temos a historiadora representada como uma arconte), mas sim daqueles que “passem”, (re)conheçam, como se o preço por conhecer o museu é, a partir daquele instante, ser responsável pela sua manutenção e segurança.

Sobre isso, Orlandi (2015) argumenta que o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Assim, na explanação da pesquisadora temos os seguintes dizeres:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. [...] Na polissemia o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2015a, p.34).

Ao dizer que “todos que por aqui passem, protejam esta laje”, pinçamos o sentido de “todos os que conheçam este lugar são responsáveis por ele”, sentido este que desliza para

um resgate da memória discursiva de “Tu te tornas eternamente responsável pelo aquilo que cativas”, frase da obra “O pequeno príncipe” de Antoine de Saint Exupéry. Portanto, o sentido de “cativar” pode variar de “seduzir” a “prender”.

Assim, com base na definição de paráfrase e polissemia, arriscamos afirmar que se estabelece um jogo com o equívoco, um deslocamento de sentidos, pois se considerarmos que a cápsula é “quem cativa” a todos aqueles que a conheçam, esta deveria ser responsável por todos os visitantes do local que fossem seduzidos pelo seu mistério. Além disso, esses dizeres nos remetem a outro deslocamento de sentidos ao propor que “aqueles que foram cativados, seduzidos”, ou seja, os visitantes do museu, sejam responsáveis pela segurança da cápsula. Esse deslocamento se alinha parafrasticamente a uma citação bíblica: “Porque a todo aquele, a quem muito foi dado, muito será pedido, e ao que muito confiaram, mais contas lhe tomarão.” (Lucas, XII: 47-48), na medida em que reforça a ideia de que a “revelação”, a retirada do véu da ignorância, do desconhecimento, pressupõe um pacto, um contrato a ser cumprido, como um ligação eterna.

Na sequência do excerto, “[...] pois ela guarda um documento que revela a cultura de uma geração”, temos os sentidos de clausura, aprisionamento que são reforçados pelo verbo “guarda”, termo que, contraditoriamente, nos remete a “revelar”, direcionando-nos ao sentido de liberdade, soltura. Além disso, as palavras “geração” e “todos” apresentam a regularidade arqueológica com efeito de sentido contraditório de “algo que está protegido de muitos, mas ao mesmo tempo, pertence a muitos”.

O efeito de sentido de “quantidade” atrelada à “importância, valor” se apresenta em: “[...] um marco na história de um povo”. Na última parte da frase, “[...] soube construir seu próprio futuro”, temos a presença de um verbo no pretérito (soube) e a palavra “futuro”. Outro efeito de sentido: “um povo que sabe construir seu próprio futuro” advém do sujeito enunciador da frase, um sujeito perpassado ideologicamente pela formação discursiva nacionalista.

A repetição do artigo indefinido “um/uma” em: “um documento”; “uma geração”; “um marco”; “um povo” produz uma discursividade segundo um sujeito enunciador que emite sentidos atrelados ao caráter único, singular, merecedor de relevância sobre outros documentos, gerações, marcos ou povos existentes. Já o uso do artigo definido “a” em “a cultura” faz emergir o sentido não-dito que “cultura” seja um conceito não plural, unívoco, o que condiz com a ilusão de abrangência da totalidade que perpassa o sujeito.

Nossa análise constitui-se também das condições de produção do enunciado em um contexto sócio-histórico-ideológico do ano de 1972, época em que problematizações sobre cultura foram/eram distintas das de hoje/da atualidade. Lembrando que estamos no século XXI, período em que se relaciona o conceito de globalização ao de multiculturalismo.

## Considerações finais

Com vistas à abordar a incompletude da linguagem, suas falhas e equívocos, jogamos os dados da linguagem, e ascultamos dos sentidos da mitologia grega com o enunciado “Deciframe ou te devoro”. Esse era o desafio da Esfinge de Tebas na Grécia. De acordo com a mitologia grega, um demônio de destruição e má sorte, ela eliminava aqueles que se mostrassem incapazes de responder a um enigma, um quebra-cabeça: “Que criatura tem quatro pés de manhã, dois ao meio-dia e três à tarde?”. Todos os que ensaiaram a resposta haviam sido estrangulados. Édipo acertou: “É o ser humano! Engatinha quando bebê, anda sobre dois pés quando adulto e recorre a uma bengala na velhice”. Furiosa com a solução de seu enigma, a esfinge comete suicídio, atirando-se de um precipício. Seria a esfinge um *arconte*?

Édipo leu/interpretou o texto do enigma da esfinge quando optou por decidir, tomar uma (de)cisão. Nesse sentido, Coracini (2015) afirma que a ideia de (de)cisão como corte é extraída de Derrida que fala justamente que decidir é fazer um corte, é cortar, é escolher. No caso, Édipo decidiu/escolheu entre viver ou morrer. Contudo, sob o viés de análise que decidimos/cortamos, a opacidade da língua se evidencia sob nosso ponto de vista/olhar de analista quando a esfinge simboliza o “(de)cifrar”, “(de)codificar” como se fosse a “chave” do portal que dá acesso a uma memória idílica, gloriosa.

Neste artigo, procuramos ascultar algumas discursividades sobre o suporte de noções sobre arquivo, documento, monumento junto a enunciados que, a partir das análises realizadas, produzem sentidos de insatisfação dos sujeitos perante o século tecnológico contemporâneo, de armazenamento digital, de quantidades inimagináveis de dados. Os sentidos que emergem são de uma maior confiança dos sujeitos não na materialidade virtual como recurso de armazenamento permanente, mas em documentos físicos e “palpáveis”. Os dados em que os sujeitos analisados (o empresário do Google, Vint Cerf e a historiadora Regina Dantas) não são “nativos” digitais, mas “migrantes” digitais são relevantes para afirmar a premência, hoje em dia, do letramento digital constante e infundável. Considerando que esses sujeitos são oriundos do século XX, anterior ao nascimento da era tecnológica, seus conflitos (in)conscientes não são suficientes para que os sujeitos analisados se “libertem” do que eles considerem como pertencimento para si – fotos, documentos impressos e documentos protegidos em uma cápsula do tempo. Será que estes últimos podem realmente ser protegidos da ação do tempo, sendo que, afinal, almejam manter o “tempo encarcerado”?

Como o sujeito se constitui na e pela linguagem, a incompletude, a falha, vem à tona quando o(s) sentido(s) se materializa(m) na língua. Contudo, não há razões para se precipitar, ainda temos os esquecimentos peuceuxianos que nos “protegem” de perder o rumo da vida, ainda que sujeitos falhos linguística/socialmente, aceitemos a falha como constitutiva do

sujeito e da sociedade, bem como a volatilidade das discursividades. Afinal, a esfinge e Édipo nos ensinam a sempre rever as verdades incontestáveis. Se a esfinge fosse um *arconte*... seria Édipo o tempo ou... o fogo?

## Referências

AIUB, Giovani Forgiarini. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teóricometodológica do analista. **Revista Leitura**, v. 2, n. 50, 2012.

ANDRADE, Eliane Righi; ALMOZARA, Paula Cristina Somenzari. A construção da memória do sujeito contemporâneo a partir de arquivos-monumentos. **RUA**, v. 22, n. 1, p. 45-64, 2016.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV. Revue de Linguistique Paris**, n. 26, p. 91-151, 1982.

BARROS, Manoel de. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2011.

CORACINI, Maria José. Leitura ou interpretação: gesto de violência. In: **II SEDISC – Seminário Discurso, Cultura e Mídia**. UNISUL- Florianópolis, 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=WZbMLxfQGWM>> Acesso em: 15.agosto. 2016.

CORACINI, Maria José.; GHIRALDELO, Claudete Moreno. (Orgs.). **Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade**. Pontes Editores, 2011.

DERRIDA, Jacques; FREUD, Sigmund. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2015a.

ORLANDI, Eni Puccinelli et al. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia-discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua**, 2015b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: **Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, p. 11-42, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Vozes, 1996

- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. trad. Eni P. Orlandi, v. 4, 2015.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Sampaio Correa Mariani. et. al., Campinas: Editora da UNICAMP, p. 159-249, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças LM do Amaral. **Gestos de leitura na história do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- RIBEIRO, Geraldo. **Rio tem centenas de cápsulas do tempo enterradas**. Disponível em<<https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tem-centenas-de-capsulas-do-tempo-enterradas-22887060.html>> Acesso em: 10. outubro.2018.
- SAGRADA, BÍBLIA. Evangelho de Lucas.A **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.